



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB
CAMPUS I-CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CCSA DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**O ENFRENTAMENTO À POBREZA E À FOME NO NOVO GOVERNO LULA: análise do
Plano Brasil sem Fome**

MARIA SABRYNA LUCENA DA SILVA

CAMPINA GRANDE-PB
2024

MARIA SABRYNA LUCENA DA SILVA

**O ENFRENTAMENTO À FOME E À POBREZA NO NOVO GOVERNO
LULA:ANÁLISE DO PLANO BRASIL SEM FOME**

Trabalho de Conclusão de Curso no modelo artigo apresentado à Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela referida Universidade.

Área de concentração: Serviço Social

Orientador(a): Prof. Dra. Sheyla Suely de Souza Silva

**CAMPINA GRANDE-PB
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Maria Sabryna Lucena da.
O enfrentamento à pobreza e à fome no novo governo Lula: análise do Plano Brasil sem Fome [manuscrito] / Maria Sabryna Lucena da Silva. - 2024.
30 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Dra. Sheyla Suely de Souza Silva, Departamento de Serviço Social - CCSA".

1. Novo Governo Lula. 2. Ultraneoliberalismo. 3. Pobreza.
4. Fome. I. Título

21. ed. CDD 362.5

MARIA SABRYNA LUCENA DA SILVA

**O ENFRENTAMENTO À POBREZA E À FOME NO NOVO GOVERNO LULA: ANÁLISE
DO PLANO BRASIL SEM FOME**


Trabalho de Conclusão de Curso no modelo artigo, apresentado à Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela referida Universidade.

Área de concentração: Serviço Social

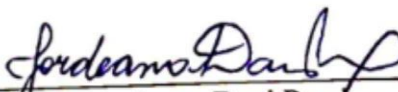
Orientadora: Prof. Dra. Sheyla Suely de Souza Silva

Aprovada em: 19/11/2025.

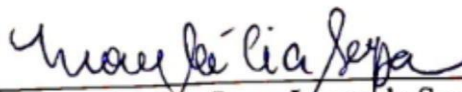
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Sheyla Suely de Souza Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Jordeana Davi Pereira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	7
2- OS FENÔMENOS DA POBREZA E DA FOME: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E SOCIO-HISTÓRICA	8
3- A PARTICULARIDADE DA POBREZA E DA FOME NO BRASIL E SEUS AGRAVAMENTOS NOS GOVERNOS ULTRANEOLIBERAIS	13
4- NOVO GOVERNO LULA, O ENFRENTAMENTO À FOME E A PRETENSÃO DE RETIRAR NOVAMENTE O BRASIL DO MAPA DA FOME	19
4.1-AÇÕES E PROGRAMAS PROPOSTOS COMO MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À FOME.	21
5- PLANO BRASIL SEM FOME: POTENCIALIDADES PARA O ENFRENTAMENTO À FOME E A RETIRADA DO PAÍS DO MAPA DA FOME ATÉ 2030.	24
6- CONSIDERAÇÕES GERAIS	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

O ENFRENTAMENTO À POBREZA E À FOME NO NOVO GOVERNO LULA: análise do Plano Brasil sem Fome

Maria Sabryna Lucena da Silva¹

RESUMO

Este artigo analisa os avanços e desafios do enfrentamento à Pobreza e à Fome no Brasil, com foco no Plano Brasil sem Fome, implementado no novo mandato do governo Lula (2023-atual). O estudo parte da motivação de nossa participação no Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS), como colaboradora e bolsista de projetos Pibic, entre 2022 e 2024, atrelados ao Projeto Estruturante que examina a assistência social brasileira no decênio 2016 e 2026, o qual, em 2024, passou a ser financiado pelo CNPq. Baseado no Materialismo Histórico-Dialético, nosso estudo recorreu à **pesquisa bibliográfica** para compreender como a Pobreza e a Fome, fenômenos históricos no modo de produção capitalista e severos na realidade brasileira, se intensificam na fase ultraneoliberal, sob os governos Temer e Bolsonaro. Sendo assim, elaboramos uma aproximação teórico-conceitual e histórica sobre a formação social brasileira; os fenômenos da pobreza e da fome; a reestruturação produtiva, o neoliberalismo, suas fases e as respectivas agendas governamentais, além da **análise documental** de leis e programas, que nos permitiu a apreensão do objeto na sua expressão empírica, sintetizada em documentos oficiais, como leis, relatórios, programas, projetos etc. Em síntese, este estudo revela que a fase neoliberal ortodoxa (Collor e FHC) favoreceu o assistencialismo, além das fortes expressões das privatizações dos direitos sociais e de contrarreformas, que desfavoreceram a classe trabalhadora, enquanto a fase social-liberal (Lula e Dilma) fortaleceu a Política de Assistência Social, com o comprometimento focalizado no enfrentamento à Pobreza e à Fome e, mesmo que tenham conseguido conciliá-lo com as prerrogativas do capital financeiro, este enfrentamento obteve êxitos significativos. Já a fase ultraneoliberal (Temer e Bolsonaro), recrudescceu ambas variáveis no país, ainda mais quando o mundo vivenciou a pandemia da COVID-19, recolocando o Brasil no Mapa da Fome e polarizando a sociedade: de um lado, os que apoiam a extrema direita ultraneoliberal e, de outro, os apoiadores do projeto reformista do Novo Governo Lula. Nesse quadro adverso de polarização e de retrocessos, os principais avanços do novo governo Lula para o enfrentamento da pobreza e da fome, foram a ampliação dos usuários do Programa Bolsa Família, o fortalecimento da Política Nacional de Abastecimento Alimentar e a criação do Plano Brasil sem Fome, ainda que seus maiores desafios sejam o fortalecimento da proteção social, a distribuição mais equilibrada da renda e a garantia de um abastecimento interno para a população, pondo em xeque a manutenção de uma forte austeridade fiscal.

Palavras-chaves: Novo Governo Lula. Ultraneoliberalismo. Pobreza. Fome.

¹Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); maria.sabryna@aluno.uepb.edu.br

**FIGHTING POVERTY AND HUNGER IN THE NEW LULA GOVERNMENT:
analysis of the Brazil without Hunger Plan**

Maria Sabryna Lucena da Silva²

ABSTRACT

This article analyzes the advances and challenges in the fight against Poverty and Hunger in Brazil, focusing on the Brazil without Hunger Plan, implemented in the new term of the Lula government (2023-current). The study is based on the motivation for our participation in the Study, Research and Advisory Group on Social Policies (GEAPS), as a collaborator and fellow of Pibic projects, between 2022 and 2024, linked to the Structuring Project that examines Brazilian social assistance in the decade 2016 and 2026, which, in 2024, began to be funded by CNPq. Based on Historical-Dialectical Materialism, Our study resorted to bibliographic research to understand how Poverty and Hunger, historical phenomena in the capitalist mode of production and severe in the Brazilian reality, intensify in the ultra-neoliberal phase, under the Temer and Bolsonaro governments. Thus, we elaborate a theoretical-conceptual and historical approach to the Brazilian social formation; the phenomena of poverty and hunger; the productive restructuring, neoliberalism, its phases and the respective governmental agendas, in addition to the documentary analysis of laws and programs, which allowed us to apprehend the object in its empirical expression, synthesized in official documents, such as laws, reports, programs, projects, etc. In summary, this study reveals that the orthodox neoliberal phase (Collor and FHC) favored welfare, in addition to the strong expressions of privatization of social rights and counter-reforms, which disfavored the working class, while the social-liberal phase (Lula and Dilma) strengthened the Social Assistance Policy, with a commitment focused on confronting Poverty and Hunger and, Even if they have managed to reconcile it with the prerogatives of finance capital, this confrontation has achieved significant successes. The ultra-neoliberal phase (Temer and Bolsonaro), on the other hand, intensified both variables in the country, even more so when the world experienced the COVID-19 pandemic, putting Brazil back on the Hunger Map and polarizing society: on the one hand, those who support the ultra-neoliberal extreme right and, on the other, the supporters of the reformist project of the New Lula Government. In this adverse context of polarization and setbacks, the main advances of the new Lula government to confront poverty and hunger were the expansion of users of the Bolsa Família Program, the strengthening of the National Food Supply Policy and the creation of the Brazil without Hunger Plan, although its greatest challenges are the strengthening of social protection, the more balanced distribution of income and the guarantee of an internal supply for the population, putting in check the maintenance of a strong fiscal austerity.

Keywords: New Lula Government. Ultraneoliberalism. Poverty. Hunger.

*Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); maria.sabryna@aluno.uepb.edu.br

1- INTRODUÇÃO

A participação durante dois anos e meio no Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS) – sendo um ano como colaboradora; outro como bolsista e retornando à condição de colaboradora – engajada em pesquisas pautadas nas contradições da Política de Assistência Social nos Governos Temer e Bolsonaro (2022-2023) e no mais recente Governo Lula, frente à ofensiva ultraneoliberal do capital (2023-2024), bem como no Projeto Universal “Concepções e contradições da assistência social brasileira no decênio 2016-2016”, (com financiamento de 2024 a 2027), contribuíram para as motivações da realização desta pesquisa, na qual reafirmamos nossos compromissos com a própria formação, enquanto pesquisadora do Serviço Social, evidenciando debates de caráter teórico-metodológico e socio-histórico, que contribuam para o desenvolvimento de novas pesquisas, assim como o aprimoramento intelectual, visando melhor competência profissional e comprometimento com a classe trabalhadora, como aponta o Código de Ética do Serviço Social (1993), considerando que esta tem sofrido sérios impactos das “expropriações contemporâneas” dos seus próprios direitos (MOTA,2018)

Diante da sua mais recente crise estrutural, o capital tem empreendido três principais estratégias para se reerguer: a mundialização financeira, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. A primeira se qualifica, nos termos de Netto (2005), pela predominância do setor financeiro sobre o setor da produção – o capital passa a sobrepôr a esfera financeira à esfera da produção. A segunda se relaciona com uma resposta à crise, pautada nas transformações no âmbito da produção e das relações de trabalho, sobretudo, com a flexibilização e precarização (NETTO,1996), e a terceira diz respeito ao fortalecimento de uma ideologia pautada na liberdade de concorrência entre os sujeitos e nas privatizações, nos desmontes dos direitos sociais, no sucateamento de políticas públicas, como argumentos de “redução” de gastos, para conter a crise do capital (HARVEY, 2008). Tais estratégias, desfavorecem a classe trabalhadora e favorecem ao capital (SILVA, et.al, 2017).

O Brasil sofre as consequências dessas três ofensivas e vivenciou três fases do neoliberalismo; a primeira fase, tida como a ortodoxia neoliberal, nos governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002); a segunda, com o social-liberalismo, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) e a terceira fase com o ultraneoliberalismo dos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). De certa forma, muitos direitos consolidados por meio de lutas, reivindicações e mobilizações sociais, garantidos na Constituição Federal de 1988, passaram por brutais retrocessos, à medida que esses governos foram adotando estratégias neoliberais (SILVA, et.al, 2017).

Nesse trabalho, analisamos, por meio de pesquisas bibliográficas em artigos, livros, revistas, dentre outras fontes confiáveis de informação, as variáveis que têm contribuído para o agravamento da fome e da pobreza no Brasil, tendo como pressuposto a particularidade da sociedade capitalista em um país que carrega os traços de uma formação socio-histórica dependente e desigual e o ideário neoliberal como impulsionador do fenômeno. Através da pesquisa bibliográfica, trazemos não só uma revisão da literatura sobre a temática, mas, também, conceitos chaves e perspectivas reais embasadas por fatos históricos. A análise documental foi imprescindível para fomentar a pesquisa do ponto de vista empírico; assim, a utilização de dados secundários, especialmente os quantitativos, como índices, indicadores e estatísticas, evidenciou um caráter essencial para embasar e mensurar a discussão.

Esses dados foram coletados no Relatório do Estado da Segurança Alimentar e Nutrição do Mundo (SOFI); Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; Vigilância da Segurança Alimentar Nutricional (VIGISAN); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate

à Fome; Comitê Gestor do Plano Brasil Sem Fome (CAISAN); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre outros, referenciados e com validade acadêmica. Para análise do objeto, tomou-se como base o materialismo histórico dialético, em que foi analisado o contexto histórico e conjuntural apreendendo que o ser social está dentro da história e, sem ele, não é possível mensurar os impactos da história sobre a realidade social contemporânea.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o capítulo I discute sobre a formação socio-histórica do país e dos fenômenos da pobreza e da fome no Brasil, abordando como estas variáveis foram enfrentadas, o capítulo II trata da particularidade da pobreza e da fome no Brasil, tendo em vista um país dependente, permeado por contradições, desigualdades e o racismo estrutural como particularidade da nossa formação socio-histórica e, além disso, abordamos como o ultraneoliberalismo agravou as múltiplas expressões da questão social, em especial, a fome e a pobreza; o capítulo III e seus subtópicos propõem-se a analisar o enfrentamento a fome e a pobreza no primeiro ano de mandato do Governo Lula, mapeando algumas ações e medidas propostas pelo Governo, em especial, os avanços e desafios que encerram a proposta expressa no Plano Brasil sem Fome.

2- OS FENÔMENOS DA POBREZA E DA FOME: UMA ANÁLISE CONCEITUAL E SOCIO-HISTÓRICA

Vivemos na sociedade em que “o dinheiro adquire o papel de equivalente universal que permite ter acesso aos produtos, determina, em primeira instância, o acesso aos bens necessários para uma vida mais ou menos digna” (ESCURRA, 2019, p. 129). A dificuldade de garantia do acesso ao dinheiro, por meio da venda da força de trabalho, principalmente, desencadeia a incerteza de acessos básicos a sobrevivência; o não acesso total e absoluto favorece as condições de pobreza e fome, conseqüentemente, obriga o indivíduo a – mesmo sem ter o que comer – levantar e sair de sua casa para garantir o mínimo sustento próprio e de sua família. “Nessa complexidade funcional e fisiológica, imagina-se que a dor da fome seja incompreensível aos que dela não padecem, sendo presenciada, mas não sentida.” (ROSANELI, et al,2015, p.92)

Os fenômenos da pobreza e fome caminham lado a lado na sociedade. A pobreza de forma particular diz respeito à privação de algumas necessidades básicas do indivíduo, contextualizada como um “fenômeno complexo e multidimensional que priva grande parte da população mundial do acesso a alimentação, gerando enorme contingente humano que se vê fadado ao insuficiente desenvolvimento físico, psicológico e social.” (ROSANELI, et al,2015, p.89). A fome, por sua vez, se trata da privação total ou parcial da capacidade de alimentação de um indivíduo.

Contextualizar a análise conceitual e socio-histórica para pobreza e fome, é, sobretudo, compreender que existiram diversas teorias rasas e equivocadas para “justificar” tais elementos, que nem sempre foram encarados como problemas de ordem social, mas sim, como uma forma de culpabilizar o indivíduo. Uma das primeiras análises se tratou da teoria Malthusiana, idealizada por Thomas Malthus, que “defendia uma perspectiva que o ritmo de crescimento da população era dado por uma progressão geométrica, enquanto que a produção de alimentos crescia em progressão aritmética.” (CÔRREA, 2022, p.16). Tal fato, evidenciava que a população crescia muito mais do que a produção de alimentos, o que resultaria em um déficit no acesso à alimentação, desencadeando o fenômeno da pobreza ou a “catástrofe malthusiana³”. Essa teoria não obteve sucesso em sua justificativa, na razão que:

Cabe destacar que essa visão estava completamente errada. Primeiro pela catástrofe malthusiana nunca ter ocorrido, mas, principalmente, porque Malthus foi um

³ A catástrofe Malthusiana se tratava da produção agrícola menor que a população, gerando escassez e falta de alimento, e em outras palavras, a fome, como destaca Henriques (2007).

economista que viveu o momento da primeira Revolução Industrial e, portanto, não poderia prever os avanços tecnológicos que seriam conquistados a partir dela, inclusive na produção agrícola e em toda cadeia global de alimentos. Contudo, após a Segunda Grande Guerra, em meados da década de 1960, surge uma vertente da teoria malthusiana que busca admitir seus erros e apresentar uma nova visão revisitada, denominada como teoria neomalthusiana (CÔRREA, 2022, p.16).

É válido ressaltar que a teoria malthusiana não foi extinta; há correntes neomalthusianas que persistem em propor a pobreza como resultado das taxas de natalidade e de uma suposta escassez de recursos, justificando que as famílias – especialmente das frações mais pobres da sociedade – deveriam ser submetidas a um controle rígido de natalidade, com a utilização de pílulas anticoncepcionais, realização de abortos, planejamento familiar, esterilização das mulheres e quaisquer outras medidas que favoreçam o controle de natalidade do mundo, assim como aponta Henriques (2007).

As teorias vistas até então possuem influência elitista e burguesa, “que transfere a responsabilidade para os países menos desenvolvidos, visto que, historicamente, são esses que encontram maiores dificuldades em lidar com os problemas decorrentes do crescimento populacional. (CÔRREA, 2022, p.16). Sendo assim, na visão desses, ser pobre é uma responsabilidade total do indivíduo, pois não foram bons o suficiente para garantir seu próprio bem-estar e da sua família, atribuindo toda e qualquer responsabilidade para o indivíduo, sem entender as suas condições sociais, econômicas, familiar e assim por diante.

Primeiramente a pobreza no pensamento burguês estaria vinculada a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis “naturais” do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é vista como um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como problemas de ordem moral-comportamental (mal-gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc.) (MONTAÑO, 2012, p.272)

Mais recentemente, o economista Amartya Sen desenvolveu a “Teoria do Desenvolvimento”, que contrariamente às ideias de Malthus, não limita a condição de pobreza do indivíduo apenas ao quesito de renda, mas sim, com uma condição de privação muito mais ampla; ora pelo não acesso a capacidades básicas necessárias a um indivíduo, ora por fatores econômicos ou sociais (ROSANELI, et al, 2015). Para o autor, essa privação do acesso resultaria em condição de pobreza cruel, sem acesso ao básico de um indivíduo para sobreviver, especialmente, à alimentação.

Desta forma o progresso de uma sociedade, em termos de desenvolvimento, não deve ser avaliado como se costuma fazer comumente apenas pelos fatores acima levantados, mas também pelas liberdades substantivas que os indivíduos desfrutam nesta sociedade. As carências a estes recursos restringem a liberdade dos indivíduos condenando-os a viver em condições degradantes (NEDER, 2019, p.3)

O fato é que, por muito tempo, a pobreza e a fome foram vistas como algo natural e dissociado das questões econômicas e suas influências, como aponta Montaña (2012). Contudo, se as duas juntas fossem algo “natural” na sociedade, ambas não se tornariam cada vez mais severas e lesivas aos indivíduos, quando passados de um sistema econômico para outro e quando melhor desenvolvidos os meios de produção. Vejamos que a teoria Malthusiana foi proposta com referência nas sociedades pré-capitalistas, em que as relações se davam por meios de troca e atividades manuais. Assim, quando o capitalismo passa a ser o principal modelo econômico da sociedade, as relações de trocas são decaídas e substituídas pela venda de força de trabalho.

Para além da venda da força de trabalho, o incremento da tecnologia e, em consequência, a substituição dos indivíduos por máquinas, foram evidentes em um modelo econômico que a ordem é lucrar, não importando se esse lucro pode causar aumento do efeito estufa, sérias consequências à vida dos indivíduos, impactos significativos ao meio ambiente e aos trabalhadores.

Na percepção dos observadores da época, independente da sua posição ideopolítica, ficou claro que essa pobreza que surgia no interior da dinâmica capitalista e seus desdobramentos se tratava de um fenômeno novo, nunca visto na história, gerando uma inquietação muito grande entre eles. [...] O surgimento de amplas camadas populacionais relegadas à esfera da pobreza na sequência do processo de industrialização inquietava pensadores e ativistas políticos, que requisitavam soluções para os problemas daí decorrentes. Surgem, então, muitos questionamentos em torno de qual a resposta mais adequada para o seu enfrentamento. (PIMENTEL, 2012 apud RUFINO, 2017, p.3).

Dessa forma, o desemprego passa a ser mais aguçado, a privação dos indivíduos ao produto final muito maior e as demandas da classe trabalhadora se mostram cada vez evidentes na sociedade capitalista.

O capitalismo é caracterizado por Marx (2014), nos capítulos XXIII e XXIV, no livro II, da obra “O Capital”, por ser um modelo excludente, contraditório e antagônico, no qual aqueles que detém capital, fruto de um brutal processo de expropriação da classe trabalhadora dos seus meios de produção, têm sempre mais a partir da extração da mais-valia da classe menos abastada, aqueles que vendem sua força de trabalho, superexplorados pelos primeiros. Sendo assim, esse modelo não está preocupado com a qualidade de vida do vendedor da força de trabalho, ou, em outras palavras, o proletariado, mas sim, com os lucros e a valorização que esse trabalhador superexplorado pode ofertar na valorização do capital; (ESCURRA,2019). É nessa ótica de contradição, que a desigualdade social é cada vez mais presente na sociedade, enquanto a fome e a pobreza aumentam para uns, outros ampliam seus lucros, fruto da exploração da classe trabalhadora (YAZBEK; IAMAMOTO, 2019).

Entendendo que a dinâmica do capitalismo gira em torno de engrenagens contraditórias, é imprescindível argumentar que, ao passo que se produz concentração de lucros, a acumulação da miséria, pobreza e fome crescem no mesmo ritmo, a diferença é que, ao passo que para uns acende a segurança de alimentação, higiene básica, educação formal para os filhos, saúde, casa e saneamento básico garantido; para outros, a realidade é o padecimento da pobreza, fome, miséria, falta de teto, incerteza do pagamento do aluguel, dificuldade de uma educação para os filhos ou, nos termos de Marx, o pauperismo. Aliado a isso, há a procura por um trabalho cada vez mais explorado, com poucas condições salubres e degradação moral; assim, de um lado há a contínua acumulação primitiva, do outro, a contínua acumulação da miséria (ESCURRA, 2019).

Posto isso, entender como a sociedade lidou por muito tempo com a fome e a pobreza é compreender que as práticas de assistência social, a ajuda e bondade ao próximo, ou ao “desajustado”, como eram tratados os indivíduos que passavam por situação de privação, foram medidas que persistiram por cerca de cinquenta anos, até de fato, à Política de Assistência Social ser proposta, efetivamente, como uma política pública social.

Sposati (2013) vem destacando que as práticas relacionadas à assistência social na sociedade sempre foram muito marcadas pela benevolência e ajuda ao próximo, influenciadas pelos ideais da Igreja Católica. A primeira formalização da Assistência Social, como ação pública, executado pelo Estado surgiu em meados de 1936, com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, no Estado de São Paulo, estreitando as relações com o Estado e evidenciando um caráter laico da assistência social.

Posteriormente, como apontam Boscari e Silva (2015, p. 3): “por volta de 1940 e 1950 o Brasil vê a necessidade de redução da política nacional e de abertura ao capital internacional” e, nesse contexto, o presidente Getúlio Vargas, em 1942, instituiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com objetivo de assistir aos soldados brasileiros convocados para a Segunda Guerra Mundial, contemplando seus familiares, durante os anos que o Brasil participou do conflito. A LBA mobilizou a “boa vontade” dos brasileiros, promovendo uma perspectiva de solidariedade e cooperação nacional, refletindo os valores do patriotismo, assistencialismo e focalização da assistência social. Após a Segunda Guerra Mundial, a LBA redirecionou seu

foco, concentrando-se na maternidade, infância e idosos. Sob a liderança de Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, a organização consolidou traços marcantes de patriotismo, primeiro-damismo e assistencialismo, dirigindo-se a um público restrito (BOSCARI; SILVA, 2015).

Com a industrialização e urbanização crescentes no país, a luta de classes passou a ser um ponto principal e, nos termos de Santos, “ineliminavelmente constitutiva da questão social” (SANTOS, 2012, p. 30), para tratar as expressões da questão social de responsabilidade do Estado, uma vez que, ao passo que a burguesia garantia seus lucros, a classe antagonista se aprofundava nas expressões da questão social, advindas das mazelas do capitalismo.

Por volta de 1969, “a LBA é transformada em Fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, e ali vai viver um paralelo com a Secretaria de Assistência Social” (BOSCARI; SILVA, 2015, p.111), mas ainda com uma forte tramitação da Igreja Católica e de responsabilização dos indivíduos pela situação vivenciada, assim como com o primeiro-damismo e práticas de bondade sendo usadas como estratégias de uso eleitoral (com a figura caridosa das primeiras damas, preocupadas com ajuda dos pobres). Os traços dessas ações no Brasil marcaram a assistência social durante quatro décadas, até sua institucionalização formal, protagonizada por lutas e mobilizações da classe trabalhadora, apenas com a CF/1988.

Dessa forma, o fortalecimento das lutas e mobilizações sociais da classe trabalhadora, sobretudo na década de 1930 – “período marcado por grandes transformações socioeconômicas, e pela passagem do modelo de desenvolvimento agroexportador para o modelo urbano-industrial.” (NEEP apud SILVA, 2024, p.7) – tornou possível que a questão social deixasse de ser vista apenas como um “caso de polícia”, com alguns avanços na “ação social” (não se relacionando como uma política, mas sim com algumas práticas sociais) marcada, principalmente, pela “forte presença do setor privado no provimento dos serviços sociais e a combinação da caridade, configurando uma política social fragmentada e corporativa” (BRETTAS, 2017, p. 58); perdurando esses traços até a década de 1980.

Somente com a CF/1988, a Política de Assistência Social (PAS) passou a ser assegurada tardiamente como política pública, e, mesmo que minimamente,⁴ como responsabilidade do Estado, prestada a quem dela precise, compondo a Seguridade Social, juntamente com a Previdência Social e a Saúde. Apesar disso, mesmo com a adesão da PAS na perspectiva do direito garantido pela CF/1988, esta Política encontrou óbices às execuções exitosas de suas ações, programas, projetos e benefícios, tendo em conta tanto os traços de uma sociedade conservadora, que possui nas suas “entranhas”, nos termos de Netto (2005), a assistência social de cunho clientelista, com práticas que desprofissionalizam as ações da PAS; quanto a adesão do país ao receituário neoliberal.

Do ponto de vista legal, a CF/88, em seus artigos 203, 204 e 205 estabelece e assegura a PAS no Brasil. Os artigos 203 e 204 garantem o direito à assistência social a todos os que necessitam, independentemente de sua classe social ou contribuição para a Seguridade Social. O artigo 205, por sua vez, define o financiamento desta Política com recursos oriundos da Seguridade Social, evidenciando um inédito compromisso com a proteção social. Este financiamento é compartilhado entre a União, estados e municípios e é destinado a projetos e programas sociais que visam à promoção do bem-estar da população. Posto isso, a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) tornou-se essencial para sistematizar e institucionalizar a política social pública, consolidando e concretizando avanços importantes

⁴ Tendo em vista que toda prática de “assistência” enxergada até então, isentava a responsabilidade do Estado enquanto instituição na promoção de justiça social e transferia às instituições filantrópicas o papel de escolha, não só de decisão a quem merecia ou não receber as benfeitorias, mas também do dever da obrigatoriedade, assim, dispensando a responsabilidade do Estado à ação. Além disso, mesmo com a CF/88 posta, a Política de Assistência Social assume cunho privativo, sem a transparência na prestação de contas e organização de recursos que desfavoreceram o funcionamento e materialidade da Política. (SPOSATI, 1986).

para os usuários que dela dependem, e assim, promovendo, mesmo que minimamente, tendo em vista seu ônus, uma proteção social (BRAGA, 2018).

Nesse ínterim, é imprescindível falar sobre os avanços que a Constituição trouxe, sobretudo, pois a partir dela, foi instituída a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que de maneira geral, passou a normatizar os princípios e diretrizes da PAS como um sistema descentralizado e participativo, caminhando junto à CF/1988, com base no acesso igualitário e democrático a quem necessite da política (BOSCARI; SILVA, 2015). Contudo, apesar de existirem significativos avanços na política supracitada, sobretudo, pós CF/1988, a mesma sofre com os desmontes e sucateamentos provindos do ideário neoliberal, adotado pelos governos brasileiros, como forma de saída para às crises, desde a década de 1990.

O modo de produção capitalista, devido a todas as suas contradições, precisa estar sempre se reinventado para garantir sua acumulação, através de altas taxas de lucros; quando estas decrescem ou estagnam o sistema entra em crise, sendo assim, “a impossibilidade de controle toma a forma de uma anarquia da produção, com os ciclos econômicos, que desorganizam não apenas a produção da vida material enquanto esfera econômica específica, mas todo o conjunto da vida cotidiana dos homens”(ARBIA, 2015, p.4).

É importante entender que, apesar de existirem crises cíclicas inerentes ao capitalismo, estas possuem características específicas e particulares que podem girar em torno de vários fatores, inclusive o momento histórico na qual estão acontecendo. Arbia (2015) destaca que a crise se dá por uma cadeia com alguns elementos específicos como: a privação do acesso ao produto final; distribuição do produto de forma desigual, sobretudo nas periferias; alguns lugares de forma abundante e outros, nem sequer com o mínimo; a diminuição da jornada produtiva, tendo em vista as baixas demandas, e outros elementos contributivos para impulsionar a reação e proliferação da crise. Comprovando tal fato:

Os círculos de consumo não encontram meios de expansão – instaura-se uma prática agressiva que busca reduzir o tempo de rotação do consumo, insuflando a peculiaridade que estira a produção predatória e destrutiva ao limite. As mercadorias encaham e a produção do desemprego, agora impulsionada pela própria exigência de aumento da composição orgânica e da realização do lucro, ganha face dramática, com a diminuição forçada da capacidade produtiva. A obliteração das vias do capital produtivo leva todo o sistema a depender de forma crescente e decisiva, para a manutenção de seu funcionamento(...) os capitais mais fracos são finalmente sorvidos pelas grandes massas de capital – revela-se outra tendência inescapável do capital: a formação de monopólios (ARBIA, 2015, p.10).

O autor ainda complementa que, quando estão postas as determinações acima, qualquer acontecimento, embora não seja a causa específica da crise, pode ser um detonador que:” (...) acaba por impulsionar a reação em cadeia, prenunciando um período de quebras, falências, demissões em massa, retração da produção e do comércio – está instalada à crise (...)” (ARBIA,2015, p. 11)

A sociedade do capital pode vivenciar dois tipos de crises: a crise conjuntural e a crise estrutural, que se caracterizam nos termos de Meszáros, como reações sociometabólicas do capital, ou seja, “seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando seu espectro de uma incontabilidade total numa forma de autodestruição” (PANIAGO, 2012, p.50).

Às crises conjunturais do capital surgem com uma implicação específica, são cíclicas e podem ser resolvidas mais rapidamente, já que partem de uma implicação em particular; diferentemente da crise estrutural do capital, que se relaciona com o processo histórico da sociedade que, intensificado com o fenômeno da globalização na década de noventa, torna possível que ao passo que o capital se expande e avança, ao mesmo tempo destrói suas próprias partes, sobretudo com o processo de obsolescência programada das mercadorias e o avanço da tecnologia que tem demandado menos trabalhadores e, conseqüentemente, menos salários,

dificultando a complementação da Lei Geral da Acumulação Primitiva, tendo em vista que as crises estruturais são conectadas e permanentes (MÉSZÁROS, 2009).

Há mais de cinquenta anos o capital tem tentado enfrentar uma crise de tipo estrutural, isto é, desde a década de 1970, “(...) ampliando suas características destrutivas e recolocando como imperativo vital para o futuro da humanidade a busca por uma alternativa ao sistema metabólico do capital” (MARANHÃO, 2009, p. 629) que afetou e afeta todas as dimensões da vida.

Nesse sentido, a adoção do ideário macroeconômico neoliberal no Brasil, proposta no consenso de Washington como estratégia para sair da crise, tem implicado diretamente à vida da classe trabalhadora e a seguridade social, mesmo com as conquistas regulamentadas na CF/1988, na razão que existe um aumento das expressões da questão social (com crescimento de desemprego, fome, pobreza, miséria) e das desigualdades sociais, agravadas pelo desmonte das políticas sociais que respondem às necessidades da classe trabalhadora, como aponta Harvey (2008). Sendo assim, existe uma demanda maior pelos serviços sociais da assistência social, ao passo que existe uma dificuldade de operar mediante a ofensiva neoliberal (BRAGA, 2018).

À ofensiva neoliberal se mostra como um impacto significativo nas políticas públicas e sociais de enfrentamento às expressões da questão social. ~~postas na sociedade~~. O fato é que, transferir a responsabilidade que deveria ser do Estado para o próprio indivíduo tem aumentado significativamente os índices de pobreza e fome em uma sociedade desigual como a capitalista. O fortalecimento dos discursos de empreendedorismo e incremento das plataformas digitais de trabalho, numa sociedade que, para além dos impactos da ofensiva neoliberal, vivencia os impasses da ofensiva tecnológica, no contexto da indústria 4.0, nos termos de Piana e Santos (2024), que tem resultado em trabalhos cada vez mais desprotegidos, alienados e escravizados pelo meio digital e substituição do trabalho vivo (ANTUNES, 2019). Nessa órbita, a existência de centenas de milhões de trabalhadores sem garantia de trabalho e com dificuldade do acesso a tal resulta no aumento do padecimento da pobreza e, conseqüentemente, da fome dos indivíduos e de suas famílias. Tudo isso é agravado nos países dependentes, como o Brasil, especialmente, quando este vivencia a fase dos governos ultraneoliberais.

3- A PARTICULARIDADE DA POBREZA E DA FOME NO BRASIL E SEUS AGRAVAMENTOS NOS GOVERNOS ULTRANEOLIBERAIS

A formação socio-histórica brasileira, dentro de sua particularidade, parte de um processo marcado por uma brutal desigualdade e desafios que tentam ser enfrentados até a contemporaneidade, pois, “é um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa da sua população”. (BARROS, et al, 2000, p.123). Posto isso, além das raízes históricas da desigualdade social no país⁵, a adoção

⁵As raízes históricas dessas desigualdades partem da transição do feudalismo para o capitalismo marcada, principalmente, pela expropriação/exploração das terras e o acúmulo do capital. No Brasil, esse processo de desenvolvimento se caracteriza pela exploração da classe trabalhadora a partir do momento da colonização, empreendida desde a fase da acumulação primitiva, já que o país que se encaixava como colônia e constituía-se como concentração de capitais com o objetivo de explorar e fornecer produtos aos mercados e centros produtores europeus mais importantes (MAZZEO, 1988). Sendo assim, foram as formas produtivas que aqui se estruturaram com suas relações de produção escravista e formação de latifúndio que imprimiram na sociedade brasileira o seu caráter histórico-particular, sendo ele: de uma sociedade conservadora e rígida, bem como de um modo de produção desigual em que aqueles que produzem determinada mercadoria (proletariado) não consegue ter acesso, enquanto a burguesia lucra fruto da exploração da mais-valia da classe trabalhadora, o que nos termos de Mazzeo (1988, p.22) “é uma acumulação capitalista com traços prussianos, mas que mantém as características coloniais”. É por toda essa formação particular brasileira que o país carrega os traços de uma extrema desigualdade que marca a vida da classe trabalhadora, ora pelo não-acesso às condições mínimas de vida, ora pelo acesso “não-universal” às políticas sociais públicas.

do ideário neoliberal pelos governos pós-CF/1988 intensifica ainda mais o processo de desigualdade social e limita os indivíduos a uma condição indigna de sobrevivência, ora mantendo, ora mitigando, ora recrudescendo a condição de pobreza, e consequentemente, a fome, sem nunca as superar, no país.

O neoliberalismo possui três fases, tendo em vista sua trajetória política, segundo Silva, *et.al* (2017), os governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC) representaram a fase do neoliberalismo ortodoxo no Brasil, com fortes privatizações das empresas estatais e dos direitos sociais e contrarreformas que desfavoreceram a classe trabalhadora, já calejada pelo acirramento das desigualdades sociais. Com isso, ~~mais na frente~~, FHC empreendeu a agenda neoliberal no Brasil de forma mais incisiva, com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), que promoveu as privatizações das empresas estatais, reduziu gastos com direitos, fortaleceu as práticas assistencialistas e dificultou intervenções públicas estatais frente às demandas de fome e miséria.

Nos governos da ortodoxia neoliberal, houve grandes fortalecimentos de planos privados, principalmente de Saúde e Previdência Social, afetando os indivíduos que não podiam pagar para estarem assegurados; ao passo que levou ao sucateamento das políticas públicas, assim, como consequência das contrarreformas que foram instituídas nesses governos, aumentou-se o desemprego e o trabalho informal e, na mesma medida, as desigualdades sociais e as expressões da questão social, como bem apontam Silva, *et.al* (2017).

Cabe ressaltar ainda que, no Governo FHC, algumas das poucas medidas de combate à fome e à miséria foram instituídas pelo decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995, com o Programa Comunidade Solidária, que tinha o objetivo oficial de promover segurança alimentar para maior quantidade de pessoas, porém, devido ao próprio formato focalizado, filantropista e descentralizado para a Sociedade Civil e às estratégias neoliberais do Governo FHC, o Programa não atingiu seus objetivos, sendo assim, substituído por Lula, em 2003, pelo Programa Fome Zero.

Em 2003, Lula assumiu o poder, após eleito pelo voto popular, com seu governo sendo caracterizado como social-liberal ou neodesenvolvimentista, se (re)configurando ao capitalismo contemporâneo (CASTELO apud SILVA, 2013), com uma proposta de enfrentamento à fome e miséria; redução das taxas de desemprego e institucionalização de políticas sociais públicas. Logo, esta fase se diferencia do neoliberalismo ortodoxo por diversos fatores, mas principalmente pela proposta de um Estado forte, com uma intervenção maior na economia, visando a uma promoção de justiça e equidade social para todos; com direitos sociais mais consolidados, sem abrir mão, no entanto, do receituário macroeconômico da ortodoxia neoliberal (SILVA, 2013). Finalizado o mandato do então presidente Lula, Dilma assume a presidência, com as mesmas marcas sociais-liberais e neodesenvolvimentistas características do Governo Lula, com ênfase no enfrentamento à pobreza extrema.

A particularidade da pobreza no Brasil é expressa principalmente por uma linha econômica, denominada “Linha da Pobreza”, que é utilizada para medir a quantidade de pessoas com pouco ou quase nenhum acesso ao mínimo para manutenção da sobrevivência. Partindo do pressuposto da renda total de uma família, Neri (2022) destacou que os critérios determinados pelo Banco Mundial classificam como pobres as famílias que vivem com cerca de 497 reais mensais; já as famílias com 171 reais de renda bruta mensal classificam-se como de pobreza extrema, as quais vivenciam um não-acesso aos materiais mais básicos de manutenção a vida.

Em termos de evidenciação dessa realidade, em 2012, durante o governo Dilma, cerca de 52 milhões de pessoas se encontravam na linha de pobreza de 497 reais. Ao longo do mandato, mais precisamente em 2014, houve um decréscimo significativo no número de

peças vivendo com o mesmo valor, pois, cerca de 49 milhões de pessoas se encaixavam na linha da pobreza, uma redução de cerca de 3 milhões de indivíduos. Análogo a isso, houve um decréscimo significativo no número de pessoas vivendo com R\$ 171. Em 2012, cerca de 12 milhões de pessoas se enquadravam no critério de pobreza absoluta ou extrema, dois anos depois, também nesta faixa de renda, houve uma redução de cerca de 2 milhões de indivíduos, isto é o que demonstrou Neri (2022), com base nos dados coletados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV,2021).

Tal fato demonstra que durante os governos social-liberais, representados por Lula e Dilma, que empreenderam essa segunda fase do neoliberalismo no Brasil, houve um compromisso com as pessoas em situação de pobreza extrema, sobretudo, através da PAS, com benefícios concedidos por meio de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Nesse período, o Brasil conseguiu sair do Mapa da Fome, mesmo com ambos os governos sociais-liberais mantendo os compromissos e prerrogativas da agenda neoliberal, a exemplo dos altos valores de juros e investimentos no capital estrangeiro (SILVA, S. *et.al*, 2017).

Dois anos após o Brasil sair do mapa da fome, mais precisamente em 2016, Dilma sofreu o golpe jurídico-parlamentar e midiático, marcado pelo seu *Impeachment*, e o seu vice, Michel Temer, assumiu o poder (SILVA, S. *et.al*, 2017), em agosto de 2016, e, através da sua agenda ultraneoliberal, (marcada por severos ataques à democracia e aos direitos sociais) intensificou os ideários dos governos neoliberais ortodoxos, desregulamentando e precarizando as relações trabalhistas, negligenciando as expressões da questão social, sobretudo com a fome e a miséria que se assolaram no país e, ainda mais, efetivou as propostas do documento “Uma Ponte para o Futuro”, lançado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e marcado por fortes expressões do ideário ultraneoliberal, com a justificativa de que, a partir das práticas defendidas no documento, o país poderia sair da crise.

No entanto, Neri (2022) evidenciou com base nos dados da FGV (2021) que no primeiro ano do mandato de Michel Temer, ainda em 2016, cerca de 54 milhões de brasileiros se enquadravam na linha da pobreza. No ano seguinte, em 2017, houve um aumento de quase 1 milhão de brasileiros nesse mesmo critério de condição de pobreza. E ainda, cerca de 13 milhões de indivíduos se enquadravam na linha de pobreza absoluta. Isso demonstra que todas as conquistas tidas durante os governos social-liberais passaram a ser retrocedidas a partir do primeiro ano do mandato do primeiro representante da fase ultraneoliberal do capital no país.

No Governo Temer, houve um aumento muito forte das contrarreformas e desresponsabilizaes do Estado para com os cidadãos e seus direitos sociais e trabalhistas⁶.  PAS, por sua vez, sofreu ataques diversos, sobretudo com o desfinanciamento do Sistema nico de Assistência Social (SUAS) e a destruição do Ministério de Assistência Social, que afetaram diretamente a vida dos usuários que, muitas vezes, dependiam fortemente dessa Política (Silva, S. *et.al*,2023). Dessa forma, o governo Michel Temer retrocedeu os direitos já garantidos na CF/1988 na razão que incentivou as práticas assistencialistas, culpabilizando e responsabilizando os indivíduos pela situação que se encontravam.

⁶Dentre as diversas contrarreformas que atingiram a classe trabalhadora no governo Temer,  impreenchvel falar sobre o Novo Regime Fiscal ou a Emenda Constitucional n 95(EC/95), que congelou os “gastos” com políticas públicas por vinte anos, vedou criação de concursos públicos (ou qualquer tipo de emprego que, como confirma a Emenda Constitucional, implicasse em despesas), bem como deteve qualquer tipo de benefício/vantagem concedido à classe trabalhadora. Sem a concessão mínima de benefícios por parte do Estado, os indivíduos foram obrigados a se “reinventar” para garantir o mínimo de sobrevivência para sua família, visto que com a vedação dos direitos e políticas sociais, restava apenas a iniciativa privada (mas claro, para aqueles que podem pagar por tal serviço). É sob esse cenário, que a teoria neoliberal (e nesse caso, ultraneoliberal) se fortalece nos discursos do empreendedorismo e da responsabilização do próprio indivíduo pelas suas ações, com sua supervalorização de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, que tem implicado em vínculos empregcios cada vez mais fragilizados, bem como uma devastação de direitos sociais (HARVEY,2008).

Posterior ao Governo Temer, a campanha de Jair Messias Bolsonaro para a eleição de 2018 é marcada por duas inflexões: “(i) uma nova roupagem dada à polarização⁷ como associada à (ii) emergência de um novo ator, portador de um discurso de extrema direita” (FARIA, *et al*, 2022, p.3) com discursos de ódio, falácias preconceituosas, ausência de debates, defesa dos preceitos neoconservadores da Igreja Evangélica, defesa do armamento. Tais fatos conduziram, por quase toda a campanha, as posturas do candidato à Presidência, para seduzir a população, mas não somente, pois, também fez ampla defesa de políticas severas de combate ao crime e à corrupção e foi duramente crítico às políticas sociais de reversão de desigualdades que estivessem baseadas em ações afirmativas (RENNÓ, 2022)

Em 2018, com a prisão do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, pautada nos processos ilegais da Lava-jato, Jair Bolsonaro venceu as eleições no Brasil e assumiu o executivo nacional (NASCIMENTO; SILVA, 2022, p.16)

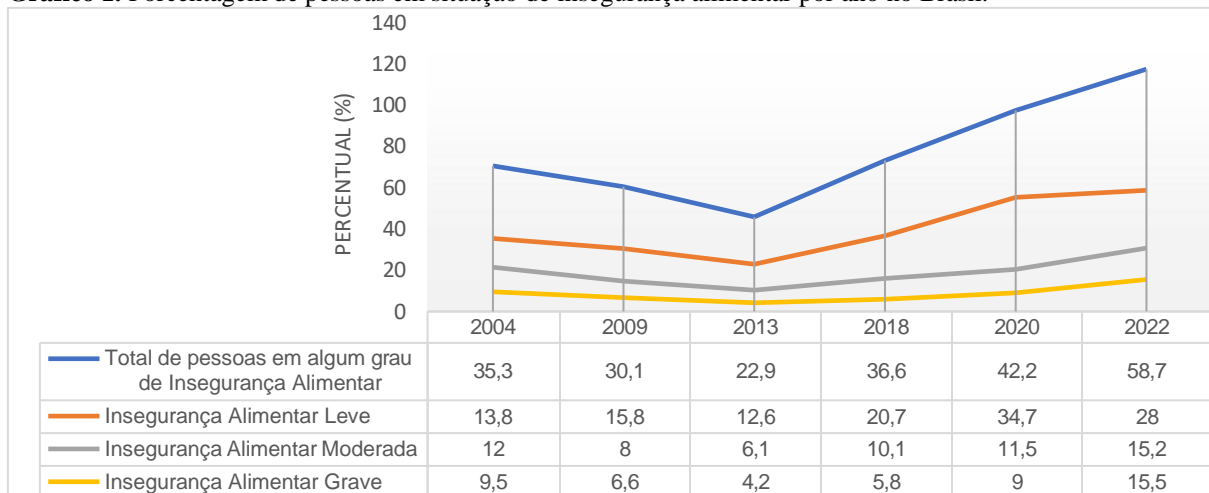
Em primeiro de janeiro de 2019, Bolsonaro chegou ao poder “objetivando não só uma reconfiguração na política do Brasil, mas também nas relações sociais e culturais, aprovando e ratificando suas necropráticas discriminatórias, racistas e LGBTfóbicas que estão presentes desde o Brasil colonial” (CASTILHO; LEMOS apud NASCIMENTO; SILVA, 2022, p.16), bem como investindo nas ofensivas mais severas do neoliberalismo, expressas na sua fase ultraneoliberal, caracterizada por duros ataques à classe trabalhadora e pela absoluta negligência quanto aos pedidos de socorro da população, degradando os parcos direitos sociais conquistados na CF/1988 e empreendidos na fase anterior, social-liberal (MEDEIROS; SILVA, 2022).

Durante o governo de Jair Bolsonaro, a pobreza no Brasil atingiu níveis alarmantes. Segundo a pesquisa de Neri (2022), entre 2019 e 2021, cerca de 9 milhões de trabalhadores passaram a viver em condição de pobreza. Em 2021, o número total de famílias vivendo com uma renda mensal de R\$ 497 chegou a 62,9 milhões, enquanto 15,5 milhões de pessoas estavam em situação de pobreza absoluta, sobrevivendo com apenas R\$ 171 por mês. Este período registrou o maior contingente de pobres da série histórica desde 2012, conforme apontado por Neri. Esses dados evidenciam que os trabalhadores muito demandaram dos serviços socioassistenciais, e pouco foram atendidos.

Ao analisarmos a fase ultraneoliberal do capital, representada por Temer e Bolsonaro, é perceptível o desrespeito com as políticas sociais e o descomprometimento com a classe trabalhadora, que implicaram em reduções drásticas em investimentos nos direitos sociais. Tratando especificamente da PAS, houve um desmonte expresso pela desproteção dos direitos sociais aos indivíduos que necessitavam dessa Política (SILVA; SOUZA, 2022); toda essa conjuntura se complexificou com a pandemia do Covid-19.

Em consequência do forte acirramento da pobreza, o fenômeno da fome foi duramente intensificado no Brasil, como nos apresenta os dados a seguir do Gráfico 1, resgatados da Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional (VIGISAN, 2021).

⁷ “O termo polarização é utilizado quando se constata a existência de dois polos que canalizam processos de identificação reduzindo a complexidade de identidades e tendências políticas a duas alternativas. No caso do Brasil, essas seriam: petismo e antipetismo. Segundo essa acepção, ele se apresenta como um atributo de um sistema político-partidário em um determinado contexto.” (FARIA, *et al*, 2022, p.3)

Gráfico 1. Porcentagem de pessoas em situação de insegurança alimentar por ano no Brasil.

Fonte: VISIGAN (Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da pandemia da Covid-19, 2021). Gráficos da autora.

Os dados exibidos no gráfico 1 destacam, numa série histórica de 2004 a 2022, a dinâmica situacional da insegurança alimentar no Brasil a cada 5 anos. Em 2004 (primeiro mandato Lula), ano inicial dessa pesquisa, apresentava-se um quadro total de pessoas em algum grau de insegurança alimentar de pelo menos 35,3%, dado que alertava para fase inicial do governo neodesenvolvimentista que acabara de assumir o poder, o destaque fica por conta da insegurança alimentar grave, que, tal como sugere o termo, representa a situação de privação total de alimentação, neste caso, alcançando aproximadamente 10% da população brasileira.

Nos anos posteriores, como 2009 e 2013 (que contempla o segundo mandato Lula e o primeiro mandato de Dilma), as políticas sociais já evidenciavam seus resultados, visto que, em 2009, o número total de pessoas em situação de insegurança alimentar apresentou uma redução de mais de 5% com relação ao ano inicial, equivalendo a de mais de 1% ao ano. Em consolidação, apenas 4 anos depois, tivemos uma nova redução de mais 7% no total de pessoas em insegurança alimentar, expressando, com base no ano de 2004, uma redução de mais de 12%, valendo o destaque, positivo desta vez, para os casos graves mencionados anteriormente, que, na mesma proporção foram reduzidos em mais da metade.

De 2018 a 2022 (envolvendo o último ano do mandato Temer e todo o mandato Bolsonaro), na fase dos governos ultraneoliberais, o Gráfico 1 evidencia que os números cresceram alarmantemente, chegando, em 2022, a 58,7% de pessoas em situação de insegurança alimentar, ultrapassando a linha da fome no país, retrocedendo uma conquista dos governos sociais-liberais e recolocando o Brasil no Mapa da Fome.

Pensar numa ampla parcela da população do país superando a linha da fome e, depois, retornando para baixo dela, é, sobretudo, compreender que existiram propostas, especialmente no âmbito da Política de Assistência Social, que – a despeito de suas contradições, merecedoras das necessárias críticas – foram muito mais efetivas e consolidadas, com programas sociais mais fortalecidos, principalmente no que se trata dos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa família, que atendeu demandas reais das parcelas famintas da classe trabalhadora, que estavam postas naquele momento, fruto da própria expansão do capital. Dentre as contradições desse processo, cabe lembrar que os governos sociais-liberais continuaram a agenda neoliberal do Brasil, ainda que tenham conseguido conciliar com estratégias de redução de pobreza e fome, como apontam Medeiros e Silva, S. (2022).

Diferentemente do Governo Lula, que no seu primeiro ano de mandato reinstalou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), extinto por seu antecessor, FHC, uma das primeiras medidas do Governo Bolsonaro foi a (re)extinção desse Conselho, bem como do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (LUCIANO; CORREA, 2022); mas não somente,

o Governo Bolsonaro foi marcado, também, por sinais claros de retrocessos e ataques aos benefícios sociais, a exemplo da extinção do Programa Bolsa família, que era tido como um benefício do Governo Federal, e não como um direito constitucional (apesar de ser um importante programa de transferência de renda que fortalece a Política da Assistência Social); tudo isso junto impactou diretamente na vida dos sujeitos, agravando-se no contexto da Covid-19.

A pandemia da Covid-19 surgiu em Wuhan, na China, em dezembro de 2019, “na metade do mês de abril, poucos meses depois do início da epidemia na China em fins de 2019, já haviam ocorrido mais de 2 milhões de casos e 120 mil mortes no mundo por COVID-19” (WERNECK; CARVALHO, 2020, p.1). A notícia sobre o vírus SARS-CoV-2 se alastrou rapidamente na mídia e foi declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como pandemia, cujo número de pacientes infectados e mortes poderiam aumentar rapidamente, como apontou o G1 (2020)⁸. Emissoras de televisão e redes sociais veicularam profundamente as formas de contaminação e as consequências desses vírus; notícia sobre os números de pessoas contaminadas, óbitos em curto período de tempo, imagens fortes de pessoas sendo enterradas em cemitérios de diversas localidades, profissionais da saúde destinados à “linha de frente” para a doença; medo, incerteza, insegurança, escolas e estabelecimentos sendo fechados. Era a vida mudando drasticamente, disseminada diariamente nos veículos de comunicação social, tendo posta uma crise sanitária.

No Brasil, a pandemia tem seus primeiros casos em 2020, durante o governo Bolsonaro. O vírus letal ceifou a vida de muitos indivíduos, sobretudo, daqueles que, sem escolha, precisavam se deslocar das suas casas para o trabalho, mesmo em período de quarentena. À pandemia e o ultraneoliberalismo aliados no período do governo Bolsonaro contribuíram para as piores expressões da questão social na sociedade brasileira. Como se não bastasse a disseminação de *Fake News* no campo político, elas foram alinhadas também com a cura do vírus por medicamentos não comprovados cientificamente e esta foi a forma que o Governo Bolsonaro encarou por quase todo momento, a sindemia⁹ que se alastrou pela sociedade brasileira (NASCIMENTO, *et.al*, 2023).

Diante do agravamento da Covid-19 na realidade social e economicamente desigual do país, um dos fenômenos que se intensificou enormemente foi a fome, sendo visivelmente mais sentida pela classe trabalhadora. Antunes (2021, p. 112) destaca que “presenciamos um processo de ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos dessa classe, cujo cotidiano é pautado por uma intensa exploração do trabalho”.

Posto isto, entender o acirramento da fome na sociedade é, primordialmente, compreender que existem diferenciações entre a fome e a insegurança alimentar. A fome está relacionada com a não possibilidade total de se alimentar, num contexto de grande privação, que deriva de uma sociedade desigual, como aponta Azevedo (2022). A insegurança alimentar se divide em três fases; leve, moderada e grave. A fase leve se dá pela possibilidade de ter algo para se alimentar, mesmo que não saiba o momento certo; na fase moderada se tem uma redução da alimentação, ou seja, o indivíduo passa a se privar, seja para dividir a quantidade de alimentos de um dia para dois dias ou também para dividir com seu círculo familiar. Na fase grave, não existe sequer a previsibilidade de alimentação, mesmo que minimamente, como define o relatório do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI, 2022).

Na contraface do empobrecimento e da fome vivenciada pelas classes trabalhadoras, em 2021, o Brasil alcançou uma produção suficiente para alimentar 1,6 bilhão de pessoas, de

⁸ Ver mais em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghml>

⁹ Para Nascimento *et.al* (2022), a sindemia seria o momento em que, ou o fenômeno pelo qual, uma doença interage com tantas outras mazelas sociais provindas das desigualdades sociais postas e aprofundadas por medidas ultraneoliberais, sobretudo nos governos Temer e Bolsonaro.

acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA, 2021). Nesse mesmo momento, o agronegócio foi muito defendido e estimulado no governo de Jair Messias Bolsonaro, na razão que investiu pesadamente em publicidades midiáticas, reduziu impostos para incentivar o mercado exportador e assim por diante. Nesse antagonismo, o Brasil subiu massivamente seus índices de pobreza extrema; o que nos resta a acreditar que: enquanto uns não chegam nem perto de sentir a fome na pele e desperdiçam alimentos, outros catam o desperdício para fazer sua primeira refeição do dia.

O fato é que, apesar de todas as informações e definições sobre a fome no Brasil, a mesma ainda é pouco discutida e, por muito tempo, tratada de forma muito tímida, Cruz e Nunes (2019) destacam que o debate sobre a fome começou a engatinhar por volta de 1930, com autores como Rodolfo Teófilo e Josué de Castro, e somente se fortaleceu em 1990, com o sociólogo Hebert de Souza, carinhosamente e saudosamente conhecido como “Betinho”.

(...) muito embora a fome seja um fenômeno antigo, que aflige nossa sociedade desde sua formação, e que na atual conjuntura brasileira já tenhamos conquistado arcabouço teórico, normativo e jurídico acerca da segurança alimentar e nutricional, é possível percebermos que, em tempos de crise econômica, a fome volta a assombrar os lares brasileiros e a ser noticiado na grande mídia nacional, o que pode promover o retorno do pensamento acerca da fome como fenômeno fatalista e inevitável de enfrentamento pelo poder público nesses momentos emblemáticos.(CRUZ, NUNES,2019, p.2).

Por outro lado, o Brasil nunca perdeu seu *ranking* como um dos países mais ricos em produção de alimentos, ao passo que nunca deixou de ser noticiada em plataformas midiáticas a desigualdade que assola o país; é a desigualdade social que limita o trabalhador a entrar em determinado local, a usufruir do lazer, a comprar alimentos que durem o mês todo para sua família, mas também, são os mesmos trabalhadores que levantam às 5h da manhã e voltam para casa às 5h da tarde, com quase 12 horas de trabalho ou mais, para garantir a manutenção dos lucros dos detentores dos meios de produção, pois “a classe trabalhadora possui apenas sua força de trabalho para vender e a sua venda para o burguês é determinante para sua reprodução enquanto ser humano.” (CRUZ, NUNES,2019, p. 3).

Tudo isso nos remete a entender que o problema não está na produção dos alimentos, mas sim na desigualdade de distribuição e na deficiência de aplicação de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional que cheguem, de fato, aos trabalhadores e às suas famílias, mas não é necessário somente tratar a fome como uma expressão da questão social; é também olhar para a pobreza como um problema social a ser enfrentado, já que “a fome é uma circunstância relacionada ao fenômeno da pobreza” (CRUZ, NUNES, p.7).

É nessa perspectiva que, no próximo tópico, passaremos a analisar as propostas e os desafios do Novo governo Lula para o enfrentamento à Pobreza e à Fome no Brasil, num período em que as sequelas da conjuntura que aliou a pandemia do Covid-19 com o nefasto Governo Bolsonaro ainda são muito gritantes e ameaçadoras à classe trabalhadora.

4- NOVO GOVERNO LULA, O ENFRENTAMENTO À FOME E A PRETENSÃO DE RETIRAR NOVAMENTE O BRASIL DO MAPA DA FOME

No contexto discutido no tópico anterior, iniciam-se as eleições de 2022, no cenário de fome e de descaso com a pandemia, tratada por uma “gripezinha” (RAICHELIS;ARREGUI,2021), até que Lula volta a assumir a Presidência do Brasil em 2023, em um cenário de destruição e devastação de direitos da classe trabalhadora, que havia enfrentado, nos últimos seis anos, a mais acirrada ofensiva ultraneoliberal no país, com os governos Temer e Bolsonaro; que se desdobraram na piora das severas expressões da questão social, tais como: a precarização de vínculos trabalhistas e, sobretudo, a pobreza, a insegurança alimentar e a fome, que se alastrou de forma drástica, sendo pertinente destacar que, devido ao

ultraneoliberalismo de Temer e, especialmente, intensificado por Bolsonaro, o país foi reconduzido ao mapa da fome.

Após mais de uma década afastado do poder, Lula assume a Presidência do Brasil e, em seu novo mandato, se depara com a realidade de destruição deixada pelo ultraneoliberalismo, especialmente pelo governo Bolsonaro, quando, conforme afirma Antunes (2022), conciliaram-se no Brasil, a pandemia e o pandemônio; pois, naquela difícil conjuntura, as expressões da questão social se tornaram muito mais evidentes; a fome e a miséria se expressaram como as características mais gritantes de uma sociedade que acabava de passar por uma pandemia, que ceifou a vida de muitas pessoas, pois, sem a necessária assistência para a garantia do isolamento social, muitos indivíduos eram obrigados a deixar suas casas em busca da própria sobrevivência e de suas famílias, é o que Santos e Piana (2024) definem como um complexo societário, em que não existe prioridade da vida humana, mas sim, do mercado financeiro e dos lucros ao capital.

Aliado a esse cenário interno, Lula encontra, também, desde o seu primeiro ano de novo mandato, uma série de conflitos e guerras no plano internacional e uma profunda disputa com o pensamento bolsonarista, tanto no âmbito sociocultural do país, quanto nas instâncias do parlamento e da mídia, ameaçando constantemente a sua governabilidade, haja vista a correlação desigual entre as forças bolsonaristas e as progressistas, dentro do próprio Congresso Nacional.

Antes mesmo do início do seu mandato, o atual Presidente já enfrentava fortes empasses que sinalizavam que sua gestão iria começar com algumas expressões críticas, visto que, durante o Governo Bolsonaro, o país viu-se isolado no contexto das relações internacionais, ou política externa brasileira, demandando uma articulação mais forte e estratégica com o restante do mundo, e assim, foi possível se manter dentro do BRICS, recriando e reconfigurando novos planos e planejamentos mais eficazes para lidar com todas as problemáticas existentes no Brasil (FERNANDES; FERNANDES, 2024).

Dentro deste contexto tão adverso, ganha uma importância significativa a iniciativa e o êxito do Novo Governo Lula, antes mesmo de assumir o mandato, articular com o Congresso a aprovação da Pec da Transição, que salvaguardou, do Teto de Gastos, o montante de R\$ 145 bilhões, para garantir o pagamento do Auxílio Brasil, com o adicional de R\$ 150,00 por criança de até seis anos. A Pec também excluiu R\$ 23 bilhões de arrecadação extra para investimentos e R\$ 26 bilhões de dinheiro não sacado do PIS/Pasep.

Tendo em vista o contexto do forte desemprego, trabalho informal, pobreza, fome e, em consequência, a desproteção da classe trabalhadora, principalmente pela conjuntura pandêmica que o Brasil havia enfrentado na gestão anterior, o país encarou uma demanda pela Política de Assistência Social muito mais forte e pouco atendida, visto que “em 2020, quando o Estado brasileiro reconhece a situação de emergência da saúde pública no país por conta da Pandemia do novo coronavírus, a assistência social tinha um déficit orçamentário de mais de R\$ 2 bilhões relativos a exercícios anteriores” (SILVA, 2023, p.144). Dessa forma, no primeiro ano do governo Lula, foi necessário um reordenamento orçamentário e, nos termos de Santos e Piana (2024, p.10), uma articulação federativa e reestruturação de financiamentos dos serviços e políticas públicas, principalmente, destinados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que pudesse atender, mesmo que minimamente, a população usuária dessa política.

Propondo o cumprimento de tal demanda e “a esperança de reconstruir a democracia brasileira e recuperar os investimentos em políticas públicas” (SANTOS; PIANA, 2024, p.11), o Governo Brasileiro, através da Resolução nº 55/2 da Assembleia Geral proposta pela ONU, se comprometeu em cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 17 objetivos principais, entre eles, a erradicação da Pobreza e Fome Zero, em concordância com a agenda 2030. Os objetivos exigiram um maior empenho com a Política de Assistência Social, na razão que através dos programas de transferências de renda e serviços socioassistenciais, é

possível diminuir os índices de pobreza, e consequentemente, da fome. Em 2023, “para manter o funcionamento regular de toda a rede, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) está destinando R\$ 3,2 bilhões aos estados e municípios¹⁰”, apontou o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Para além disso, a aliança com o G-20 foi indispensável para que pudesse pensar estratégias efetivas e eficazes de políticas públicas de combate à fome, sendo necessário, em 2023, a criação da Força-Tarefa de Aliança contra a Pobreza e a Fome; entre os integrantes, o Brasil, sendo representado pelo atual presidente Lula, o qual afirmou em discurso na reunião¹¹ de pré-lançamento da Aliança: “em pleno século 21, nada é tão absurdo e inaceitável quanto a persistência da fome e da pobreza, quando temos à disposição tanta abundância, tantos recursos científicos e tecnológicos e a revolução da inteligência artificial”. Como desdobramento dessa persistência e protagonismo, em 18 de novembro de 2024, um dia antes da defesa deste TCC, na Cúpula do G-20, oitenta países aderiram à Aliança Global contra a Fome e a pobreza, lançada pelo Brasil, país que presidiu a Cupula, sendo representado pelo Presidente Lula.

Na perspectiva de objetivar no Brasil os seus compromissos com o enfrentamento a esta realidade de pobreza e, especialmente, de fome, mesmo enfrentando um contexto de contradições frente à ofensiva ultraneoliberal, que assola e intensifica as variáveis da Pobreza e da Fome, o Governo Lula vem empreendendo e fortalecendo diversos programas, os quais discorreremos no tópico a seguir.

4.1- AÇÕES E PROGRAMAS PROPOSTOS COMO MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À FOME.

Uma das formas de efetivar o enfrentamento à Pobreza e à Fome foi a reativação do Programa Bolsa Família (PBF). O Quadro 1, situado abaixo, apresenta uma visão geral dos principais aspectos do PBF, incluindo seus critérios de elegibilidade, a legislação que criou o programa e seus objetivos centrais. Este programa tem sido uma das principais políticas públicas de transferência de renda que visam ao combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, implementado com o intuito de fornecer assistência financeira direta às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Quadro 1. Programa Bolsa Família (PBF)

Programa	Lei de criação (lei de atualização)	Data de criação (data de atualização)	Objetivos	Crítérios de acesso
Programa Bolsa Família (PBF)	LEI Nº 10.836 (LEI Nº 14.601).	9 de janeiro de 2004 (19 de junho de 2023)	O PBF é tido como um dos principais programas de transferência de renda, utilizados pelos governos social-liberais, tendo em vista o enfrentamento à pobreza e à fome para os usuários da Política de Assistência Social, e também se enquadra como um programa de enfrentamento à pobreza e à fome, com um olhar especial para famílias, crianças e adolescentes.	São critérios principais para ser beneficiário/a do programa ser inscrito/a no CadÚnico e ter com renda per capita o valor inferior ou até R\$ 218,00.

Fonte: Elaborada pela autora (2024), a partir de dados disponíveis no Diário Oficial da União, (Governo Federal, 19 de junho, 2023, p. 1)

¹⁰ É possível encontrar mais detalhado sobre a informação no site do GOV, através de: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/reconstrucao-do-sistema-unico-de-assistencia-social-e-conquista-de-2023>> Acessado: 17/09/2024.

¹¹ Foi realizada uma referência ao discurso do presidente Lula na reunião de pré-lançamento da Força-Tarefa da Aliança de Combate à Fome e Pobreza, que pode ser encontrada em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nWRqomAvUXE>> Acessado: 17/09/2024.

O PBF foi criado no primeiro mandato do presidente Lula, em 2004, como um benefício variável que se iniciou em 50 reais para enfrentamento à pobreza. A depender dos critérios (gestante, crianças de zero a doze anos, situação de pobreza extrema) que cada usuário se enquadrava o benefício tendia a aumentar o valor. O projeto de enfrentamento a pobreza com programa de transferência de renda, iniciado no governo Lula, foi mantido pela presidenta Dilma, durante seus mandatos, até sofrer o golpe. Pós golpe, Michel Temer assume o poder continuando com o PBF, mas com investimentos destinados a ele bem mais reduzidos, ou quase defasados, sobretudo, pelas Emendas Constitucionais, principalmente a EC 95/2016, que afetou diretamente as políticas sociais, os usuários dessas políticas, ou seja, a classe trabalhadora. No governo Bolsonaro, houve a extinção do PBF, que era tido como um benefício do Governo Federal e não como um direito institucional (apesar de ser um importante programa de transferência de renda que fortalece a PAS).

Através da Lei Nº 14.601, de 19 de junho de 2023 o Governo Federal atualizou o PBF, alterando algumas resoluções já postas, que haviam sido substituídas pelo “Auxílio Brasil”, no Governo Bolsonaro. Apesar de ter dado continuidade no valor transferido, o Programa se propôs a ampliar o acesso aos usuários, tendo em vista os impactos da situação pandêmica que o Brasil vivenciou. Atualmente, de acordo com a pesquisa do VIS Data 3 Beta¹², realizada pelo Ministério de Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Brasil possui cerca de 20 milhões de famílias sendo beneficiadas pelo PBF, com um valor de 600 reais mensais, que podem ser acrescidos de alguns benefícios: como o valor de 150 reais para a primeira infância com crianças de zero a sete anos de idade; ou de 50 reais para variável familiar que inclui gestante adolescentes, crianças etc.

Além do PBF, a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA), apresentada no Quadro 2, foi implementada como uma forma de fortalecer e garantir que as famílias tenham acesso a alimentos de qualidade, nutritivos. Para além disso, a PNAA tem se preocupado com a qualidade dos alimentos chegados até a mesa dos indivíduos, abrangendo desde a produção agrícola até a distribuição e consumo. A Política, além de contribuir para uma alimentação nutritiva, tem fortalecido a agricultura familiar e redução dos usos de agrotóxicos. Segue abaixo o quadro que detalha os critérios de acesso, objetivos e as leis que fundamentam essa Política.

Quadro 2. Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA)

Programa	Lei	Data de criação	Objetivos	Crítérios de acesso
Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA)	Decreto Nº 11.820	12 de dezembro 2023	A política tem como objetivo principal traçar planos de alimentações adequadas e saudáveis, em parceria com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), incentivando o consumo de alimentos com menos/nenhum defensivo tóxico, priorizando assim, a agricultura familiar e sistemas agrícolas tradicionais.	Os critérios de acesso a Política para aqueles que pretendem colaborar são de responsabilidade do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário e Sustentável (CONDRAF). Já no que se trata ao acesso dos usuários à política, é destinado a Ministério de Desenvolvimento, da Família e Combate à Fome, por meio da análise do Cadúnico.

Fonte: Elaborada pela autora (2024), a partir de dados disponíveis no Diário Oficial da União, (Governo Federal, 12 de dezembro, 2023, p. 1)

A PNAA tem sido muito importante para fortalecer a alimentação adequada, principalmente, quando levamos em consideração que o capitalismo não se importa com os

¹² Pode-se encontrar mais informações acerca das famílias beneficiárias do Bolsa Família nos últimos meses do ano de 2024 através da pesquisa realizada pelo VIS DATA 3 BETA, pelo portal do Governo Federal (GOV.BR).

acessos aos bens essenciais à sobrevivência, mas sim, em como a classe trabalhadora tem atendido aos interesses de lucros furto do brutal processo de exploração. Sendo assim, na fase ultraneoliberal do capital - mais especificamente no Governo Bolsonaro- o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) foi extinto, reforçando o descompromisso do Presidente para com a classe trabalhadora e a qualidade dos alimentos que têm chegado até as mesas das famílias brasileiras, tão acirradas pelas múltiplas expressões da questão social, intensificadas, especialmente, pela austeridade fiscal e contrarreformas das políticas sociais, mas também pela pandemia da COVID-19.

No Novo Governo Lula, a ativação do CNSA foi fundamental para articulação entre os diferentes setores que contribuam para um bom desempenho da PNAA, sobretudo quando tratamos da articulação entre o CONSEA, CONTRAF e o Ministério do Desenvolvimento da Família e Combate à Fome, quando têm sido evidenciadas as participações sociais na formulação, monitoramento das políticas públicas sociais. Apesar disso, Esposte; Souza; Barbosa (2023) argumentam que o programa tem sido perpassado por contradições, principalmente quando analisados os critérios de elegibilidade, que têm sido alvo de críticas, pois têm apresentado burocracia às famílias que estão em condição de vulnerabilidade, dificultando o acesso à PNAA e limitando o seu alcance e eficácia.

Além do processo burocrático, Esposte; Souza e Barbosa (2023) abalizam sobre a baixa disponibilidade de recursos humanos, que dificulta o cumprimento das diretrizes da PNAA, para isso, a autora destaca que: “(...)sem contar que essa escassez fragiliza a operacionalização do SISAN e incide de forma prejudicial no processo de elaboração do Plano

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), instrumento imprescindível para garantir a gestão efetiva da política” (NETA apud ESPOSTE; SOUZA; BARBOSA,2023).

A PNAA é essencial para enfrentar as desigualdades e assegurar que todos os cidadãos tenham suas necessidades alimentares atendidas (BRASIL, 2023). Em complemento a essa Política, o Plano Brasil sem Fome foi implementado pelo Governo Federal como uma estratégia abrangente para erradicar a fome e promover a inclusão social. O Quadro 3, a seguir, apresenta os principais aspectos do Plano Brasil sem Fome, incluindo os critérios de acesso, objetivos e as leis que fundamentam suas ações.

Quadro 3. Plano Brasil sem Fome

Programa	Lei	Data de criação	Objetivos	Crítérios de acesso
Plano Brasil sem Fome	Decreto Nº 11.679	31 de agosto de 2023	O plano tem como objetivos primordiais diminuir a taxa de insegurança alimentar expressa em seus três âmbitos: leve, moderada e grave. Para isso, utiliza-se da articulação com outras políticas públicas e setoriais, ainda assim, surge em cumprimento aos Objetivos e Desenvolvimento do Milênio (ODM), de erradicar à fome até 2030.	Para acesso, é necessário por meio da análise do CadÚnico, a identificação de situação de pobreza e insegurança alimentar nas suas mais diversas fases, cabendo ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e nutricional (CONSEA) o controle social do plano.

Fonte: Elaborada pela autora (2024), a partir de dados disponíveis no Diário Oficial da União, (Governo Federal, 31 de agosto, 2023, p. 1)

No próximo tópico, faremos uma análise do Plano Brasil sem Fome, tendo em vista o contexto pandêmico e ultraneoliberal juntos, destacando seus principais objetivos, eixos, critérios de acesso e as principais iniciativas implementadas para combater à fome e promover a segurança alimentar no Brasil. Tudo isso, integrado com às políticas públicas existentes.

5- PLANO BRASIL SEM FOME: potencialidades para o enfrentamento à fome e a retirada do país do mapa da fome até 2030

No mundo, em 2022, cerca de 735 milhões de pessoas estavam em situação de fome. No Brasil, no mesmo ano, cerca de 70,3 milhões de pessoas passaram pelo estado de insegurança alimentar moderada e 21,1 milhões estavam inseridas nos critérios de insegurança alimentar grave, de forma mais direta, a fome. Esses são os resultados das análises do Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI/2022), publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Com isso, o mesmo Relatório aponta que mais de 500 milhões de pessoas podem passar fome até 2030 no mundo.

Nessa razão, para lidar com os fatos expostos, o Governo Federal decide como resposta a esse contexto da sociedade, implementar o Plano Brasil Sem Fome, com o decreto nº 11.679, de 31 de agosto de 2023, no primeiro ano do atual Governo, que surge para além do cenário caótico e destrutivo na sociedade, como cumprimento da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o objetivo de assegurar alimentação adequada e de qualidade para todos os cidadãos do país, levando em consideração alguns critérios, sobretudo, de pessoas em vulnerabilidade social.

O referido Plano instituído pelo Governo promete, primordialmente, promover a segurança alimentar para a população brasileira afetada pela fome, seguindo os critérios do SISAN. O Cadúnico é colocado como um instrumento para identificar as pessoas que têm se encaixado nos critérios de fome, insegurança alimentar leve, grave e moderada. Ainda assim, o Governo tem uma meta de, mais uma vez, retirar o Brasil do mapa da fome até 2030, com estratégias e políticas sociais que favorecem a Seguridade Social e os direitos sociais da classe trabalhadora.

Lula, em seu primeiro mandato, também enxergou e priorizou a fome como uma das medidas primordiais de cumprimento da agenda proposta em seu mandato, dando origem ao Programa Fome Zero (PFZ), como uma das principais o Programa Bolsa Família, ganhar prioridade e centralidade no combate à fome, com o acréscimo financeiro de medida de enfrentamento à pobreza.

Diversos foram os fatores que levaram à decadência do PFZ; Tomazini e Leite (2016, p.14) apontam que os principais “não foram somente o jogo político e os problemas gerenciais enfrentados pelo governo recém estabelecido, mas a disputa de ideias e de paradigmas travada entre os atores que buscavam influenciar a área de combate à fome e à pobreza”.

É certo afirmar que o Plano Brasil sem Fome, no novo mandato, surgiu como uma versão 2.0 do Programa Fome Zero, e tem se estruturado em 3 eixos principais. O primeiro se trata do acesso à renda, na razão que fortalece e valoriza o salário mínimo. No governo Bolsonaro, em 2022, ano no qual o Brasil passa a ser inserido oficialmente no Mapa da Fome, o salário mínimo do trabalhador se manteve na média de R\$1.212,00, de acordo com a Medida Provisória (MP)1.091/21, este era o salário recebido por pessoas que saíam de suas casas cedo para tentar a vida e sustentar a família. No primeiro ano do governo Lula, em 2023, o salário mínimo passou a ser R\$ 1.302, com um aumento de R\$ 90,00 em relação ao ano anterior, e, no ano seguinte, em 2024, o salário passa a ser R\$ 1.412,00, com um aumento de R\$ 110,00, cumprindo a valorização que propõe no Plano.

O segundo eixo trata da segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de garantir uma alimentação de qualidade a todos os indivíduos, em colaboração com órgãos competentes e normativos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Embora o Brasil seja um dos países mais ricos em produção de alimentos, com capacidade para alimentar 1,6 bilhão de pessoas em 2021, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA, 2021), a realidade é que, no mesmo ano, 824 milhões de pessoas em todo o mundo enfrentavam algum grau de insegurança alimentar. No Brasil, entre 2021 e 2023, 8,4

milhões de pessoas passaram por dificuldades alimentares, variando de leve a grave, conforme apontado pelo relatório "O Estado de Segurança Alimentar e Nutricional" (SOFI), elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e disponibilizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2023). Conforme já destacamos anteriormente,

A realidade brasileira, cujos modos de ser e de viver das classes subalternas carregam marcas de relações sociais de classe, generificadas, racializadas, superexploradas e socialmente desprotegidas é herdeira de uma formação social com raízes no sistema colonial, no trabalho escravo e no latifúndio, onde a modernização capitalista assentase historicamente na dependência e subordinação ao capital-imperialista, sob a dominação da autocracia burguesa e exclusão política e econômica das classes trabalhadoras e subalternas. (FERNANDES, 1987 apud MOTA; LARA, 2022, p.440)

Tudo isso nos remete a entender que o comprometimento da segurança alimentar no Brasil, se dá principalmente, pela má distribuição de renda e pela disparidade das relações econômicas, que resulta em uma forte desigualdade social; enquanto uns lucram com a agroexportação, outros não possuem sequer o direito de se alimentar e proporcionar o mínimo às suas famílias.

O terceiro e último componente do tripé, trata-se da mobilização e articulação do combate à fome no país, com os órgãos de devidas competências e com formulação de políticas públicas adequadas, que atendam às necessidades dos usuários dessa política. Fazendo uma comparação em relação ao Programa Fome Zero, essa também se enquadrou com uma das medidas estruturantes dos programas que, precocemente, entrou em crise. É fato que a Seguridade Social focalizada apenas em Assistência Social, Previdência Social e Saúde se torna muito restrita, e os usuários têm demandado de outras políticas, para que consigam viver em melhores condições.

Afinal, é importante pensar em um usuário com alimentação saudável, saúde pública de qualidade e direitos sociais assegurados, mas também é essencial estabelecer condições dignas de habitação para sobrevivência, educação pública de qualidade para crianças, jovens e adultos, saneamento básico como garantias básicas de um usuário com direitos historicamente negados. “Sem essa articulação e investimentos em políticas sociais universais é praticamente impossível escapar do engodo fácil e cômodo do assistencialismo” (CFESS, 2003, p.4).

Sendo assim, ter como proposta a erradicação da fome no país até 2030 exige medidas e comportamentos comprometidos efetivamente com a assistência social e com a priorização do abastecimento interno em detrimento da agroexportação. É bom lembrar que, o Brasil é considerado um dos países mais ricos em produção e exportação de alimentos, mas sempre tendencioso a atender aos interesses e demandas do capital em favor do lucro, o que faz do país, além de uma particularidade socio-histórica “de raiz escravocrata, racista e elitista” (BORGES; MATOS, 2020, p.73), periférico e desigual, com quase toda parcela do lucro advinda da superexploração dos trabalhadores que não conseguem ter acesso ao que sequer, produzem.

6- CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na conjuntura atual da sociedade brasileira, marcada pelo contexto pós-pandêmico e ultraneoliberal do capital, as classes mais vulneráveis têm sofrido impactos severos. As três ofensivas do capital para reestruturação à crise- em curso na sociedade desde 1970- sendo elas: a mundialização financeira, a ofensiva neoliberal e a flexibilização das relações de trabalho têm contribuído para a desresponsabilização do Estado em relação aos direitos e políticas sociais. Tudo isso afeta diretamente a Seguridade Social, ora pela desresponsabilização do Estado para com os direitos e políticas sociais, ora tornando os indivíduos responsáveis por suas próprias vulnerabilidades quando, na verdade, deveria ser de total responsabilidade do Estado garantir e consolidar os direitos tardiamente conquistados, através de um forte processo de lutas e reivindicações históricas da classe trabalhadora, com a CF/1988. Todo esse processo tem

resultado no acirramento das desigualdades sociais, multiplicando as expressões da questão social.

O Plano Brasil sem Fome, iniciativa emblemática do Novo Governo Lula, representa uma tentativa crucial de combater à Pobreza e, especialmente, à Fome. No entanto, para que o plano atinja seus objetivos, é indispensável um compromisso firme com as políticas sociais, em um cenário de ofensiva ultraneoliberal. É necessário fortalecer a Política de Assistência Social e priorizar o abastecimento interno com uma distribuição de renda mais equilibrada, o que tem concretizado a grande contradição desse Novo Governo Lula: conciliar o enfrentamento à Pobreza e à Fome com o receituário ortodoxo. O que remete ao reconhecimento da particularidade da formação socio-histórica brasileira, quando o Brasil ainda carrega a marca de um país dependente e subordinado à divisão internacional do trabalho, revelando a urgência de um olhar crítico e ações concretas para transformar a realidade socioeconômica do Brasil, promovendo justiça social e dignidade para todos os trabalhadores.

Para além das contradições, na conjuntura ultraneoliberal e pós-pandemia, um dos maiores desafios enfrentados pelo mundo, pelo Brasil e pelo Novo Governo Lula são a Pobreza e a Fome que tem assolado drasticamente a classe trabalhadora. Essas variáveis se agravam diante da polarização política no país, marcada por projetos antagônicos: de um lado, a extrema direita com um projeto ultraneoliberal e, do outro, o governo reformista de centro-esquerda liderado por Lula, que, apesar das cisões internas, propõe medidas progressistas para combater a pobreza e a fome. No Congresso Nacional, a predominância de representações da extrema direita dificulta a implementação das políticas propostas pelo Governo. Para superar esses desafios, será necessário um esforço significativo de articulação política, construção de alianças e negociação, visando aprovar medidas que promovam a proteção social e o desenvolvimento sustentável, como propõe o Governo.

Para além disso, as potencialidades do Governo exigem análises cuidadosas - que podem ser construídas; ora pelo fortalecimento desse trabalho, ora por outras novas análises -, considerando que tanto o Plano Brasil sem Fome quanto o atual Governo são recentes e têm enfrentado desafios e contradições, já expostos nesse artigo. Sendo assim, é essencial avaliar continuamente os impactos e ajustes necessários para que as iniciativas propostas possam ser efetivamente concretizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS. **INDÚSTRIA DE ALIMENTOS - BALANÇA COMERCIAL**. BRASIL, 2022. Disponível: <<https://abia.org.br/downloads/balanca-comercial-ABIA2022c.pdf>> Acessado: 06/04/2024.

ANTUNES, Ricardo. **O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo**. O Social em Questão - Ano XXIV - nº 49, 2021.

ARBIA, Alexandre Aranha. **Elementos sintéticos para uma compreensão da crise estrutural do capital**. Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, v.2. n. 2, p. 139-154, 2015.

AZEVEDO, Darana Carvalho de. **Vamos sim, falar da fome!** R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, p. 488-497, set.-dez. 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e histórias**. Cortez Editora, 8ª edição, 2011.

- BOSCARI, Marilene; SILVA, Fatima Noely da. A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública. **RIES**, ISSN 2238-832X, Caçador, v.4, p.108-127,2015.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.140, p. 66-83, jan./abr. 2021.
- BRASIL. **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)**. Código de ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.
- BRAGA, Iracilda Alves. **A política de assistência social e o sistema único de assistência social: contribuições ao debate**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória-ES,2018.
- BRASIL. DECRETO Nº 1.366, DE 12 DE JANEIRO DE 1995. **Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1366.htm. Acessado: 17/09/2024.
- BRASIL. DECRETO Nº 11.679, DE 31 DE AGOSTO DE 2023. **Institui o Plano Brasil sem Fome**. Brasília-DF, Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Decreto/D11679.htm> Acessado:17/09/2024.
- BRASIL. DECRETO Nº 11.820, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023. **Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar**. Brasília-DF, Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11820.htm. Acessado: 17/09/2024.
- BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília-DF,2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acessado: 17/09/2024.
- BRASIL. LEI Nº 14.601, DE 19 DE JUNHO DE 2023. **Institui o Programa Bolsa Família**. Brasília-DF, Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm> Pesquisado:24/03/2024.
- BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais**. Rev. Temporalis, Brasília-DF, n.34, 2017.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. A Crise do Capitalismo Dependente Brasileiro. In. MACARIO, Eptácio (org.) **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza-CE, EdUECE, 2018.
- CFESS. Nota pública — **Primeiro-damismo, voluntariado e a felicidade da burguesia** DEMIER, F. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 65-106,2017.
- CÔRREA, Fabiano da Cruz Nascimento. **Fome, pobreza e desigualdade econômica: considerações sobre o caso brasileiro**. Biblioteca UR, Rio de Janeiro,2022.
- ESCURRA, Maria Fernanda. **Marx e a pobreza ou a influência do aumento do capital para a classe trabalhadora**. Textos e contextos, Porto Alegre, v.18, n.1, p.135-145, 2019.

ESPOSTE, Joice de Paula Del; SOUZA, Luiza Pedrada; BARBOSA, Roberta Ribeiro Batista. **A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil entre 2015 e 2019: uma revisão integrativa.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, 2023.

FARIA, Alessandra Maia Terra de, et al. **Eleições e extremismo no Brasil: análise dos programas de Governo de Haddad e Bolsonaro.** revista brasileira de ciências sociais. vol. 37 nº 110. e3711008, 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo-SP, Loyola, 2008 p. 15-97.
HENRIQUES, Abel. **Thomas Robert Malthus: a teoria Malthusiana.** Instituto Politécnico de Coimbra, Departamento de Engenharia Civil, 2007.

LUCIANO, Christiane dos Santos. CORREA, Pamela Barreto. **A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira.** R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, p. 478-487, set.-dez. 2022.
MARANHÃO, César Henrique. **A crise estrutural do capital.** In: Trabalho, Educação e Saúde, p.629–31, 2009.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil.** Editora Ática, São Paulo-SP, 1988.

MEDEIROS, Ana Hortência De Azevedo; Silva, Sheyla Suely De Souza. **O acirramento da questão social no contexto da crise sanitária no governo Bolsonaro.** XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2022.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012

MOTA, Ana Elizabete. **Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões.** In BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação e Direitos no Capitalismo, São Paulo: Cortez Editora, p. 167 – 186, 2018.

NASCIMENTO, KARLA QUEIROZ, et al. A assistência social brasileira sob a gestão do governo ultraneoliberal de Jair Bolsonaro. **Relatório Final de Pesquisa PIBIC.** Campina Grande-PB: UEPB/PRPGP/PIBIC (as autoras), 2022.

NEDER, Raquel do Nascimento. **A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE AMARTYA SEN: uma discussão teórico-empírica do papel das liberdades humanas.** In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA, São Luiz-MA, 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo- SP, Editora Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo, Cortez, 2008.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital.** São Paulo, Instituto Luckács, 2 ed, p.45-62, 2012.

RENNÓ L. **Bolsonarismo e as eleições de 2022.** Estud av [Internet]. 2022 Sep;36(106):147–63.
ROSANELI, Caroline Filla, et al. **A fragilidade humana diante da pobreza e da fome.** Revista Bioética, Curitiba-PR, 2015.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2012, v-6.
SILVA, A.X da; NOBRÉGA, M.B da; MATIAS, T.S.C. Neoliberalismo e contrarreformas das políticas sociais. In: **CONTRARREFORMA, INTELLECTUAIS E SERVIÇO SOCIAL: as inflexões na política de saúde**. Campina Grande /PB. EDUEPB, 2017.

SILVA, Adriano Rosa da. **O TRANSCURSO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DOS ANOS 1930 AOS DIAS ATUAIS**. Revista FT, Ciências Sociais Aplicadas, Volume 28 - Edição 134/mai. 2024.

SILVA, Mossicleia Mendes da; SOUZA, Anna Paola Tuão de Oliveira. Escalada conservadora e ultraneoliberalismo: indicações a partir da política da assistência social. In: **VII Seminário Internacional Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais**. Minas Gerais, 2022.

SILVA, Sandriely Maria de Oliveira, et.al. A assistência social brasileira sob a gestão ultraneoliberal de Michel Temer. **Relatório Final de Pesquisa PIBIC**. Campina Grande-PB: UEPB/PRPGP/PIBIC (as autoras), 2022.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. **Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital**. In Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013.

SOFI. **The state of food security and nutrition in the world**. FAO, 2023. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/cc3017en/online/cc3017en.html>> Acesso: 06/04/2024.

SPOSATI, Adaílza. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013

VISIGAN. **Inquérito Nacional sobre insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> Acessado: 14/05/2024.

WERNECK, Guilherme Loureiro. CARVALHO, Marília Sá. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada**. Editorial, Cad. Saúde Pública 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo, Cortez, 2019.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que, apesar da minha pouca religiosidade, esteve e está comigo em todos os momentos da minha vida, sempre me dando forças no silêncio das quatro paredes daquela quitinete onde vivi meus quatro anos de graduação. Mesmo nos incontáveis choros durante a madrugada e nas vezes em que consegui ver o sol nascer, foi a minha fé que me deu energia para um novo dia e um novo recomeço.

À Mainha, que, sem ter com quem me deixar, me levava desde cedo para a escola onde trabalhava e, todos os dias, após o expediente, fazia questão de fazer as “tarefas” de casa comigo, mesmo no cansaço de um dia exaustivo. Desde cedo, aprendi que, apesar de não ter uma herança financeira para oferecer a mim e ao meu irmão, sua maior e mais bonita herança seria investir na nossa educação, trabalhando três expedientes por dia. Durante a graduação, mesmo distante fisicamente, com quase 200 km nos separando, suas orações foram meu abrigo e ponto de paz. E, quando pensei em desistir, foi a sua motivação como mulher fervorosa e mãe que me deu forças para seguir.

Ao meu pai, que junto com Avelina Santos, são doutores na escola da vida, apesar da pouca escolaridade formal. Em todos os momentos, esteve ao meu lado, sem questionar minhas escolhas ou as consequências delas, enfrentando os desafios comigo. Mesmo quando suas forças pareciam faltar, sua coragem prevaleceu, sempre me acolhendo em sua casa e oferecendo conforto. Nos poucos almoços que tivemos juntos durante minha graduação, seu olhar revelava a preocupação e, ao mesmo tempo, a felicidade pelas minhas escolhas. Essas refeições, embora breves, carregavam a profundidade de seu amor e apoio incondicional.

Ao meu irmão Dennys Rubens, que apesar da correria e os desafios e dificuldades que a vida impôs a nós (enquanto família), sempre esteve prontamente aberto para me ajudar quando precisei.

Ao meu namorado, Eduardo Souza, que foi muito mais do que um companheiro durante este processo desafiador. Ele se tornou meu porto seguro, minha paz e abrigo nos momentos em que a saudade apertava e as lágrimas teimavam em cair. Eduardo esteve ao meu lado, acompanhando de perto meu amadurecimento e compartilhando todas as minhas alegrias, angústias e desafios. A cada domingo à tarde, ao partir para Campina Grande, sentíamos o peso da distância e a incerteza de quando estaríamos juntos novamente. Mas, mesmo de longe, suas palavras de conforto e paciência transformaram ligações simples em verdadeiros momentos de alívio e esperança. Nessa jornada, Eduardo carregou comigo o peso dos obstáculos, ajudando a concretizar um sonho que agora é nosso. E é ao seu lado que pretendo dividir não apenas esse sonho, mas todos os sonhos que ainda estão por vir, pelo resto da minha vida.

Aos meus sogros, Zilda Souza e Edvaldo Geraldo, que abriram as portas de sua casa com tanto carinho, permitindo que eu pudesse estudar com mais conforto. Eles me acompanharam de perto neste processo cheio de desafios, certezas, alegrias e dores, especialmente quando mudei de cidade e senti intensamente a distância. Sua preocupação constante com minha alimentação e bem-estar, além do acolhimento como filha, foram fundamentais para minha jornada. À minha cunhada, Danielle Varela, cuja presença, mesmo à distância, sempre me inspirou com suas postagens nas redes sociais, mostrando sua força diária como mulher, mãe, acadêmica, esposa e filha, sem nunca se render às adversidades da vida.

Aos meus avós paternos, Ademar Lucena (in memoriam) e Juraci Azevedo, e aos maternos, Joselita Cândida e Romão Epifânio (in memoriam), por todo o apoio na criação minha e do meu irmão, mesmo em meio às dificuldades familiares, sempre buscando o melhor para nós.

Aos meus amigos, poucos, mas preciosos, que, em momentos difíceis, conseguiram me fazer sorrir e renovar minhas energias, mesmo quando tudo parecia dar errado. Peço desculpas por minhas ausências, que foram resultado de uma busca incansável por um futuro

melhor e por uma vida mais digna para minha mãe (auxiliar de serviços gerais e costureira), meu pai (vigia noturno) e meu irmão (atualmente boneleiro).

Agradeço também aos professores que contribuíram para minha formação. Mesmo enfrentando medos e incertezas no período pós-pandemia, e lidando com perdas pessoais e o temor da contaminação, eles mantiveram-se firmes e se esforçaram para tornar as aulas mais leves e significativas.

À Sheyla, minha orientadora não apenas nesta fase final da graduação, mas também nos dois programas de Iniciação Científica em que participei. Com paciência e dedicação, ela sempre esteve ao meu lado, compreendendo minhas limitações e dificuldades, e me proporcionando crescimento e aprendizado. Desenvolvi por ela um carinho e uma gratidão imensos por tudo que fez por mim.

Ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS), que me acolheu de braços abertos. Sou especialmente grata a todos os colegas da cota 2023-2024, com quem dividi momentos enriquecedores, seja nas reuniões quinzenais ou nas atividades realizadas. Nosso convívio fez com que as discussões em grupo se tornassem uma das melhores partes da formação.

À banca examinadora, composta por Jordeana Davi e Moema Amélia, que gentilmente aceitaram meu convite e enriqueceram esta última etapa da minha trajetória com contribuições valiosas, não apenas neste momento, mas também durante as discussões em sala de aula.

Ao CNPq, por conceder-me uma bolsa na cota 2023-2024, permitindo que eu me mantivesse em Campina Grande enquanto realizava a pesquisa sobre a Assistência Social no primeiro ano do governo Lula, diante das contradições da ofensiva ultraneoliberal do capital. Esse apoio foi essencial para minha permanência e para o fortalecimento da pesquisa universitária, unindo ensino, pesquisa e extensão.

À Sueli Andrade, minha supervisora de campo, durante o Estágio Obrigatório, por todos os ensinamentos e pela construção de um vínculo para além do estágio, pelo qual serei eternamente grata.

Finalmente, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para minha formação acadêmica. Sejam com conselhos, momentos de descontração ou até mesmo puxões de orelha, cada gesto foi essencial para meu crescimento pessoal e profissional.